

RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.653 - RS (2019/0198783-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : GESIEL MARCOS DA ROSA OLIVEIRA
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, com amparo no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo respectivo Tribunal de Justiça, assim ementado:

"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CRIMES CONTRA A VIDA. DELITO CONEXO DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PROVA DE MATERIALIDADE. SEGUNDO FATO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA. IMPRONÚNCIA MANTIDA.

1. A prova certa da existência do crime e dos indícios suficientes da autoria é requisito para a pronúncia do acusado. Assim sendo, a falta de um ou de ambos enseja a impronúncia.

2. No caso vertente, a existência do fato restou demonstrada, porém não há suficientes indícios de que o réu faça parte da suposta associação criminosa. No caso em tela, especificamente, não há indícios suficientes de que o réu tenha se associado com outros acusados na forma descrita na denúncia.

RECURSO DESPROVIDO." (e-STJ, fl. 1495).

O recorrente aponta negativa de vigência aos arts. 288, parágrafo único, do Código Penal e 78, I, 413, *caput* e § 1º, e 414, *caput*, do Código de Processo Penal.

Alega, em síntese, "a indevida intromissão do órgão julgador na apreciação do substrato probatório, ao proclamar o afastamento da competência do Tribunal do Júri, na medida em que não se evidencia manifesta falta de justa causa quanto ao delito de associação criminosa conexo a delito de homicídio, a justificar a exclusão da imputação neste momento processual" (e-STJ, fl. 1516).

Requer "seja admitido o presente Recurso Especial e, ao final, seja integralmente provido na Superior Instância, com a reforma da decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, para que, determinando-se a pronúncia com relação ao delito de associação criminosa, seja o recorrido submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, nos moldes da denúncia" (e-STJ, fl. 1517).

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 1524-1529).

Admitido o recurso (e-STJ, fls. 1531-1535), subiram os autos a este Superior Tribunal de Justiça.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso

especial (e-STJ, fls. 1548-1552).

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal merece acolhimento.

Consoante se verifica dos autos, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul ratificou a sentença do magistrado de primeiro grau de jurisdição que impronunciou o acusado quanto ao delito previsto no artigo 288, parágrafo único, do Código Penal.

Em relação ao crime de associação criminosa, imputado ao recorrido, narra a denúncia:

"FATO 2:

Em data não precisamente apurada nos autos, mas até janeiro de 2012, em horários indeterminados, nos Bairros Mário Quintana, Rubem Berta e Loteamento Timbaúva, nesta Capital, os denunciados DANIEL EDEGAR SCHULTZ GODINHO, de alcunha "DATENA", LUIS GUILHERME DIAS DA SILVA, vulgo "LG", DOUGLAS FERREIRA WASZAK, DANIEL ARAÚJO ANTUNES, vulgo "PATINHO", ANDRÉ DA SILVA DUTRA, vulgo "GORDO DÉ", JEFERSON CARDOSO DA SILVA SARAIVA, vulgo "JEFINHO" e GESIEL MARCOS DA ROSA OLIVEIRA, em comunhão de vontades e conjugação de esforços entre si e com os adolescentes BRUNO DIAS DA SILVA, de alcunha "BRUNINHO" e JEFERSON LUÍS DE SOUZA, de alcunha "PEIXE", associaram-se em quadrilha ou bando armado para o fim de cometer crimes de forma reiterada, na região.

Os denunciados concorreram para a prática do delito na medida em que se associaram, passando a efetivar crimes de roubo, porte de arma, tráfico de drogas e homicídio, ameaça à população, impondo-se na comunidade, abalando a ordem pública, efetivando emboscadas aos seus desafetos, bem como ao prestarem, entre si, auxílio mútuo e apoio moral, solidarizando-se na prática delitiva, conforme se depreende das certidões judiciais e autos de reconhecimento por fotografia e pessoal das fls. 37-45 e 154-155.

A quadrilha utilizava armas de fogo." (e-STJ, fls. 1190-1191)

O Tribunal *a quo*, todavia, entendeu que **"embora Cristiano, irmão da vítima, tenha reconhecido o réu como membro da associação criminosa em seu primeiro depoimento na fase policial**, posteriormente sequer referiu o nome do acusado em juízo", sendo que, "ademais, a referência feita por Cristiano é a única constante nos autos, visto que as demais testemunhas, que, ao que tudo indica, conhecem a organização criminosa e seus integrantes, não citam Gesiel como membro da associação que teria, em tese, sido responsável pelo homicídio descrito no primeiro fato, além de outros crimes" (e-STJ, fl. 1501).

De acordo com o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, a decisão de pronúncia, por ser mero juízo de admissibilidade da acusação, não exige prova incontroversa da autoria do delito, bastando tão somente a presença de indícios suficientes de

Superior Tribunal de Justiça

autoria ou de participação e a certeza quanto à materialidade do crime.

Além disso, "a jurisprudência desta Corte Superior consolidou-se no sentido de que a decisão de pronúncia pode ser baseada em elementos colhidos na fase policial" (AgRg no AREsp 734.302/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 1/8/2018).

No mesmo sentido:

"[...]

3. A tese defensiva também não procede, uma vez que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite que a pronúncia do acusado seja fundamentada em elementos colhidos em fase inquisitorial, pois possui conteúdo meramente declaratório e não configura juízo de certeza.

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg nos EDcl no AgRg no AREsp 1256925/RS, Rel. Ministro ANTONIO

SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 21/11/2018)

Desse modo, havendo dúvidas quanto à autoria ou à participação, o réu deve ser pronunciado, por força do princípio *in dubio pro societate*.

Ante o exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do Regimento Interno do STJ, **dou provimento** ao recurso especial, para pronunciar o réu em relação ao delito de associação criminosa, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, nos moldes da denúncia.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator